



Maio/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AN', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não-determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história.

Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência.

(Fragmento adaptado de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, pp.15-17)

1. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador deve valorizar
 - (A) os personagens que tiveram papel preponderante na história nacional, deixando de lado os figurantes a quem é dado muito espaço na historiografia brasileira tradicional.
 - (B) o fragmento e o detalhe, contrapondo-se assim à historiografia brasileira tradicional, que privilegia a totalidade e a síntese.
 - (C) o inacabado e o imperfeito, convergindo para a historiografia brasileira tradicional, que sempre recusou a estabilidade e a permanência.
 - (D) os resultados em lugar do processo, objetivando tornar mais significativas as descobertas da história tradicional feita no Brasil.
 - (E) as ideologias e o papel fundamental que desempenham em todo o processo histórico, muito mais importante que aquele exercido pelos indivíduos.
2. Ao contrapor *conceitos herdados e intelectualismos abstratos*, de um lado, e *a sensibilidade para com o processo do devir*, de outro, a autora afirma a opção de Sérgio Buarque de Holanda
 - (A) pelo pensamento metódico e consagrado em detrimento da observação sempre enganosa dos fatos.
 - (B) pela arte, capaz de despertar os sentidos mais embotados, em detrimento da filosofia, em que a razão invariavelmente predomina.
 - (C) pelo trabalho braçal, palpável e concreto, em detrimento do trabalho intelectual, desvinculado da vida e da realidade.
 - (D) pelo passado, que se pode conhecer em detalhes e de modo seguro, em detrimento do futuro, que não pode ser previsto senão especulativamente.
 - (E) pela apreensão da realidade fugidia e instável em detrimento da teoria inflexível e da especulação vazia.
3. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho ...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

 - (A) ... a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social.
 - (B) Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala.
 - (C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos ...
 - (D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais.
 - (E) Era engajado o seu modo de escrever história.
4. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder ...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

 - (A) eram faladas.
 - (B) foi falada.
 - (C) se falaram.
 - (D) era falada.
 - (E) tinha-se falado.



5. O segmento retirado do texto cuja redação mantém-se correta com o acréscimo de uma vírgula é:
- (A) Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira, apontava um caminho profícuo ...
- (B) Caberia ao historiador, o desafio de discernir e de apreender ...
- (C) Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador ...
- (D) Aderir à pluralidade se lhe afigurava, como uma condição essencial para este sondar ...
- (E) Desvendar ideologias, implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo ...

6. *Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.*

A frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Às formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira voltou-se o historiador Sérgio Buarque, com o intento de elaborá-las.
- (B) Sérgio Buarque, como historiador, dedicou-se à elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e dos processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (C) As formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira o historiador Sérgio Buarque pretendeu dar elaboração.
- (D) Em seu trabalho como historiador, Sérgio Buarque tinha como meta chegar à certas formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (E) O historiador Sérgio Buarque dedicou-se a elaboração de formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.

Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.

De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. **Monções**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

7. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *além da indefectível farinha* = sem contar a eventual moagem.
- (B) *feito de véspera* = ritualmente preparado.
- (C) *tido em grande conta nas expedições* = muito caro para as viagens.
- (D) *arranchar-se e cuidar da ceia* = abancar-se e servir o jantar.
- (E) *impediam que se prolongasse* = obstavam que se estendesse.

8. *Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

Identificam-se nos segmentos grifados na frase acima, respectivamente, noções de

- (A) modo e consequência.
- (B) causa e concessão.
- (C) temporalidade e causa.
- (D) modo e temporalidade.
- (E) consequência e oposição.

9. Leia atentamente as afirmações a seguir.

- I. O segmento grifado em *as canoas [...] eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós* (primeiro parágrafo) pode ser substituído por **auxiliadas consoante**, sem prejuízo para a correção e a clareza.
- II. Em *Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios* (primeiro parágrafo), o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por **acumulados**.
- III. A expressão *De qualquer modo*, no último parágrafo, é equivalente a **Em todo caso**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- (A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- (B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- (C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- (D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- (E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Do homicídio*

Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.

*Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**** fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.*

Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.

Não podereis acaso responder-lhes: “Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo”.

É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara.

(Voltaire – **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

* Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

** Quaker = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.

11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a qual

- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O caso dos *quakers* é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:

- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advenientes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:

- (A) *foram forçados a renunciar a essa prerrogativa* (2º parágrafo) = os *quakers* foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) *é possível abster-se de matar homens* (2º parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) *que seja cumprida a antiga e universal lei de talião* (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) *Não podereis acaso responder-lhes* (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) *seu suplício é uma lição contínua* (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:

- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocupar-se com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.



16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixaram de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.
-
17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos em que Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar de que a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso de cuja eficácia muitos defendem, ninguém se abale em tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos a que se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade de que se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, de cuja propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores em quem não falte o senso de justiça.
-
18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.
-
19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.
-
20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente defendem a pena de morte não são capazes de atribuir à pena de morte o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente mereceria a pena de morte.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) a defendem - lhe atribuir - a mereceria.
- (B) a defendem - atribui-la - lhe mereceria.
- (C) defendem-na - atribui-la - merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem - lhe atribuir - mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe - atribuir-lhe - a mereceria.
-
- Noções de Gestão Pública**
21. O modelo de administração gerencial no Brasil
- (A) foi introduzido pelo Decreto-Lei nº 200/1967, visando profissionalizar a administração federal, reduzindo o nível de autonomia das empresas e autarquias e implantando o Orçamento de Base Zero.
- (B) foi implementado com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936, tendo por meta flexibilizar as funções gerenciais nas autarquias federais.
- (C) teve seu auge na segunda metade dos anos 1990, visando ao processo de fortalecimento da responsabilização e autonomia dos níveis gerenciais e tentando implantar a gestão por resultados na administração federal.
- (D) foi um movimento político iniciado no fim dos anos 1980 orientado para a privatização das políticas sociais e fortalecimento dos controles externos formais da administração federal.
- (E) foi introduzido no Brasil através do Programa Nacional de Desburocratização, tendo como meta extinguir a burocracia formal e implantar a burocracia gerencial, voltada exclusivamente para os processos.
-
22. O principal instrumento para a implantação do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário, ao qual se refere a Resolução 70 do Conselho Nacional da Justiça, é a
- (A) definição da visão do Poder Judiciário segundo o Plano Estratégico Estadual.
- (B) agilização dos trâmites judiciais e administrativos.
- (C) definição de pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) definição de metas de longo prazo associadas à missão do Poder Judiciário, segundo o Plano Estratégico Nacional.
- (E) motivação dos magistrados a implantar os objetivos centrais do Poder Judiciário, segundo a definição do Poder Executivo.



<p>23. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece como principal medida</p> <p>(A) o aumento da formalização na tramitação dos processos governamentais, visando a maior impessoalidade na administração pública federal.</p> <p>(B) a indicação de profissionais do mercado para melhorar o padrão gerencial da administração pública estadual.</p> <p>(C) a redução dos níveis hierárquicos, visando transferir o poder para os escalões inferiores da administração pública federal.</p> <p>(D) a descentralização das atividades-meio, objetivando reduzir o viés autoritário da administração pública federal.</p> <p>(E) a desconcentração administrativa, distinguindo as atividades de direção das de execução.</p>	<p>27. Na aplicação do método do <i>Balanced Scorecard</i> ao planejamento estratégico do Poder Judiciário é essencial</p> <p>(A) definir limites de gastos com as reformas previstas nos planejamentos estratégicos setoriais.</p> <p>(B) identificar os processos internos críticos para a realização das necessidades dos cidadãos que acessam a Justiça.</p> <p>(C) definir a missão da Justiça com base na perspectiva do conjunto dos funcionários.</p> <p>(D) subordinar o acesso aos serviços judiciários ao cálculo de custo unitário dos procedimentos.</p> <p>(E) estabelecer procedimentos que não precisam seguir a legislação.</p>
<p>24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo precípuo</p> <p>(A) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.</p> <p>(B) definir metas e prioridades da administração pública federal que devem ser incorporadas pela LOA.</p> <p>(C) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.</p> <p>(D) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.</p> <p>(E) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.</p>	<p>28. Com relação à classificação dos indicadores de gestão, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Indicadores de produtividade permitem medir a eficiência na aplicação dos recursos para a geração de bens e serviços.</p> <p>II. Indicadores de qualidade visam aperfeiçoar processos e expressam a eficácia na obtenção da conformidade do produto e do processo.</p> <p>III. Indicadores de desempenho são fundamentais para as organizações contemporâneas.</p> <p>IV. Indicadores de resultados são utilizados na monitoração do grau de sucesso dos objetivos perseguidos, que dependem exclusivamente das competências da empresa, visto não serem influenciados por fatores externos.</p> <p>V. Indicadores que não espelhem esforços e metas dos programas internos de melhorias dizem muito pouco à organização.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e V.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I e V.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I, III, IV e V.</p>
<p>25. A definição da visão da organização no planejamento estratégico</p> <p>(A) só vale para o curto prazo da organização.</p> <p>(B) configura uma etapa desvinculada da definição da missão da organização.</p> <p>(C) implica necessariamente uma crítica da situação atual da organização.</p> <p>(D) representa aquilo que a organização quer ser num futuro previsível.</p> <p>(E) é um instrumento da reengenharia organizacional.</p>	<p>29. Em organizações complexas, na implantação de mudanças nos objetivos estratégicos em cenários de incerteza, a função de direção deve enfatizar</p> <p>(A) a emissão de ordens claras e válidas para o longo prazo.</p> <p>(B) a competição entre os setores operacionais.</p> <p>(C) a motivação dos quadros funcionais para a realização das atividades rotineiras.</p> <p>(D) o exercício da liderança e a coordenação dos setores da organização para a mudança.</p> <p>(E) a prevalência dos procedimentos sobre a liderança.</p>
<p>26. Quando uma autoridade tem competência para editar um determinado ato e pratica-o, mas, nessa operação, afasta-se do fim colimado para perseguir finalidade diversa da visada, configura um caso de</p> <p>(A) desvio de poder.</p> <p>(B) incúria administrativa grave.</p> <p>(C) nepotismo.</p> <p>(D) clientelismo.</p> <p>(E) omissão.</p>	<p>30. De acordo com a Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, as informações estatísticas produzidas pelos Tribunais devem ser reunidas e supervisionadas</p> <p>(A) pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.</p> <p>(C) pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário.</p> <p>(D) pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A ética profissional é uma construção contraditória e suas determinações extrapolam a profissão e referem-se às condições mais gerais da vida social. Nesta perspectiva, a competência profissional deve ser construída
- (A) a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão.
- (B) sobre a dimensão sociopolítica, bases para uma reflexão teórica voltada à compreensão dos valores.
- (C) sobre a teoria antropológica, voltada para uma reflexão de modos de ser social.
- (D) a partir de uma intenção psicossocial numa prática coletiva.
- (E) a partir da reflexão acrítica dos valores na assimilação dos preceitos e modos de comportamento.
-
32. O código de Ética do Assistente Social, em concordância com seus princípios fundamentais, marcou sua diferença em relação ao discurso liberal,
- (A) sensibilizando a sociedade civil em face da questão ética na política e na vida pública.
- (B) afirmando a equidade e a democracia como valores ético-políticos.
- (C) quebrando o sigilo, quando se tratar de situação cuja gravidade possa trazer prejuízo aos interesses da classe trabalhadora.
- (D) comprometendo-se com a classe trabalhadora e sua visão acrítica sobre os valores universais.
- (E) desprovendo o trabalho profissional de valores, seja em entidade pública ou privada, garantindo a qualidade do exercício profissional.
-
33. Avaliação e controle são instrumentos de elaboração de um projeto de intervenção. Devem ser formuladas em termos qualitativos e quantitativos, observando
- (A) a correspondência do realizado com o idealizado.
- (B) a identificação e a correção dos desvios para bloqueios na execução.
- (C) o fornecimento de subsídios para avaliação e revisão da ação.
- (D) o universo a ser atingido e os indicadores definidos na questão delimitada.
- (E) o acompanhamento da ação e coleta de informações sobre o diagnóstico.
-
34. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e atitudes. Um dos pressupostos que fundamentam essa metodologia é
- (A) questionar o universo da intervenção humana.
- (B) recolher os dados da realidade empírica das estruturas.
- (C) trazer à tona o que os participantes pensam a respeito da pesquisa.
- (D) conhecer a visão do pesquisador em relação ao problema.
- (E) conhecer a experiência social do sujeito.
-
35. A assessoria em Serviço Social é a ação desenvolvida pelo profissional e tem como objeto intervir na realidade institucional para alterá-la propondo caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora. Nesse sentido, o papel da assessoria consiste em
- (A) analisar o mercado de trabalho e o processo coletivo.
- (B) construir condições operacionais de ações individualizadas, burocráticas e humanizadas de relações pessoais.
- (C) pensar no desenvolvimento e construção da cidadania e no fortalecimento da organização.
- (D) ensinar a fazer pesquisa e compreender o processo de trabalho.
- (E) pensar o processo de trabalho e os procedimentos de sistematização da ação.
-
36. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, estão garantidos os direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente
- (A) empregado, somente com dezoito anos.
- (B) aluno de escola profissional.
- (C) aluno empregado, até quatorze anos.
- (D) aprendiz, maior de quatorze anos.
- (E) aprendiz assistido em entidade governamental.
-
37. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre as diretrizes que se referem aos conselhos de Direitos, às políticas de atendimento e aos fundos de financiamento. Dentre outras diretrizes, destaca-se
- (A) a regionalização do atendimento e a burocratização dos procedimentos.
- (B) a criação e manutenção de programas específicos observada a descentralização político-administrativa.
- (C) a manutenção de fundos regionais, estaduais e nacional.
- (D) a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional, como órgãos consultores.
- (E) o controle da opinião pública na participação da sociedade.
-
38. Segundo a Política Nacional do Idoso, as entidades de atendimento que mantêm programas de institucionalização de longa permanência adotarão, entre outros princípios,
- (A) atendimento coletivo e em grandes grupos.
- (B) julgamento individual de cada caso.
- (C) participação do idoso nas atividades comunitárias internas e externas.
- (D) priorização no quadro de pessoal de profissionais voluntários.
- (E) manutenção do idoso, portador de deficiência em ambiente restrito.



39. A internação de pessoas portadoras de transtorno mental será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. O tratamento terá como finalidade
- (A) a reinserção social do paciente em seu meio.
 - (B) o recebimento de informações a respeito de sua doença.
 - (C) o acesso aos melhores recursos medicamentosos.
 - (D) o isolamento para evitar qualquer forma de abuso e exploração.
 - (E) o acompanhamento em ambiente terapêutico e religioso.
40. Segundo a Lei Maria da Penha, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial. Uma das medidas que o juiz poderá determinar para proteger os bens patrimoniais da sociedade conjugal ou de propriedade particular da mulher é
- (A) restituição à ofendida dos bens devidamente subtraídos pelo agressor.
 - (B) proibição por tempo indeterminado para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.
 - (C) suspensão das procações conferidas pela ofendida ao agressor.
 - (D) prestação de caução provisória, mediante depósito em conta corrente por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência contra a ofendida.
 - (E) determinação da permanência da ofendida no lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimento.
41. No processo de reestruturação produtiva no Brasil, ocorreram mudanças significativas no direcionamento da força de trabalho e um novo perfil se estabeleceu para as políticas de recursos humanos, dentre elas, a
- (A) criação de sistemas de avaliação coletiva, com indicadores de metas quantitativas.
 - (B) contratação de novos empregados com exigência estritamente técnica.
 - (C) criação de programas de formação profissional, com conteúdos comportamentais.
 - (D) introdução de sistemas de avaliação e manutenção de benefícios para todos os trabalhadores.
 - (E) expansão dos benefícios e serviços sociais oferecidos pelas empresas para os trabalhadores com estabilidade.
42. Empresa socialmente responsável se pauta por conduta que
- (A) contribui para o desenvolvimento social, respeitando o ser humano, dependendo de sua opinião e crença.
 - (B) assume a transparência e a ética, respeitando o interesse coletivo como referência na condução dos negócios.
 - (C) preserva o ambiente e a gestão de recursos, mas trabalha com produtos agressivos à natureza.
 - (D) propicia condições gerais de trabalho para seus colaboradores, limitando a participação na tomada de decisões.
 - (E) fabrica produtos e presta serviços, desconsiderando o interesse de seus consumidores ou usuários.
43. As competências e atribuições privativas do Assistente Social, estabelecidas por lei, se distinguem por conhecimentos
- (A) reconhecidos ao profissional e encargos exclusivos do assistente social.
 - (B) reconhecidos com prejuízo de igual reconhecimento a outros profissionais.
 - (C) e procedimentos adquiridos pelo profissional.
 - (D) e responsabilidades delegadas institucionalmente ao profissional.
 - (E) do assistente social e responsabilidades de realizar a assistência.
44. No processo de planejamento, a avaliação está presente e quando se inicia a ação planejada, ocorre concomitantemente sua avaliação. Um documento específico de avaliação deve conter, entre outros,
- (A) o confronto entre parâmetros e metas e a análise dos desvios.
 - (B) a finalidade, os objetivos e as metas definidas com clareza.
 - (C) a justificativa para a realização do projeto.
 - (D) a técnica adequada, economicamente viável para atender ao problema.
 - (E) o conjunto de ações, sequência e interdependência para a execução do projeto.
45. As funções e atribuições da família na sociedade são determinadas por diferentes momentos históricos e as várias transformações que vêm passando, relacionadas
- (A) às crises internas vivenciadas.
 - (B) aos laços consanguíneos de pertencimento.
 - (C) às atribuições individuais que seus membros desempenham.
 - (D) às mudanças estruturais da sociedade.
 - (E) à sua própria desestruturação.
46. No que se refere ao conceito família, considere as afirmativas abaixo.
- I. No século XXI, pelos tipos alternativos de convivência, a família tem sido chamada de pós-moderna ou pluralista.
 - II. Nas famílias pobres a realidade da composição familiar é o modelo de família nuclear.
 - III. Segundo estudos recentes, nas regiões urbanas brasileiras o núcleo familiar é predominantemente composto por várias gerações.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, apenas.



47. A família desempenha papel fundamental aos seus membros como referência social de pertencimento para eles, mas também na relação com o Estado, no sentido de ser a instituição social decisiva para
- (A) a adaptação de seus membros no processo de desenvolvimento da sociedade.
- (B) a inserção de seus membros no mercado de trabalho.
- (C) o estabelecimento da saúde mental de seus membros.
- (D) o desenvolvimento do processo de integração e inclusão social de seus membros.
- (E) a manutenção de um sistema individualista de relações.
-
48. Considere as afirmativas abaixo quanto ao direcionamento do exercício profissional do assistente social.
- I. Este decorre de forma linear e consensual, haja vista a posição hegemônica da categoria.
- II. Há um confronto entre os profissionais que assumem o objeto de trabalho da organização como deles mesmos em detrimento de outros, que entendem que os caminhos para a construção das respostas profissionais são indicados pelo projeto ético-político, pelos usuários e pela realidade social.
- III. O meio em que se desenvolve o exercício profissional nem sempre apresenta condições favoráveis que permitam a compatibilidade entre direcionamento ético-político e projeto profissional da categoria.
- Esta correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.
-
49. Conforme Baptista, *a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. [...] porém o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico.* Nessa direção, o grande desafio está em desencadear um processo de desvelamento e apreensão dos limites e possibilidades presentes, e às vezes ocultos, nas práticas cotidianas dos assistentes sociais. Assim, como instrumento para este desvelamento, no exercício profissional, faz-se necessária a incorporação
- (A) do monitoramento e avaliação da ação.
- (B) da compreensão da questão social.
- (C) do método avaliativo de pesquisa.
- (D) da intervenção propositiva.
- (E) da ação investigativa.
-
50. O respeito à diversidade humana é o primeiro passo para construirmos uma sociedade inclusiva e a informação é fundamental para vencer as barreiras do preconceito e da discriminação. Assim, conhecer os tipos de deficiência, a evolução das terminologias e mitos e verdades sobre o tema são fundamentais para uma intervenção profissional. Considere as afirmativas abaixo:
- I. Via de regra, uma pessoa com deficiência é uma pessoa doente, necessitando de cuidados e atenções diferenciadas.
- II. A deficiência impõe, em casos específicos, a necessidade de adaptações.
- III. Não é correto utilizar o termo surdo-mudo, pois a pessoa surda *fala* a língua de sinais, e a terapia fonoaudiológica pode colaborar para o desenvolvimento da fala oral.
- IV. Toda pessoa com paralisia cerebral possui um atraso no desenvolvimento cognitivo.
- V. Conforme texto aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, a terminologia atualmente adotada deve ser *portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência*.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II e III.
- (D) II e V.
- (E) III e V.
-
51. A considerar a natureza e o papel do Estado na consecução das políticas sociais, tais como viabilização da acumulação do capital e reprodução social das classes subalternas, é correto afirmar que o Estado se torna
- (A) promotor e mantenedor de políticas sociais focadas na universalidade e equidade.
- (B) condutor e viabilizador de projetos societários mais compatíveis com a conjuntura social.
- (C) regulador e fiador das relações sociais constitutivas nesse processo de reprodução.
- (D) divulgador e articulador de um ideário desenvolvimentista e democrático.
- (E) controlador e único responsável pelas relações de produção de bens e riqueza social.
-
52. A articulação entre trabalho, direitos e proteção social, que configurou os padrões de regulação socioestatal do Estado de Bem-Estar Social, sequer foi alcançada pelo sistema de proteção social brasileiro. Este fundou-se e vinculou-se a Constituição Federal de 1988,
- (A) ao mercado de trabalho, constituindo-se num sistema de proteção social contributivo.
- (B) ao Estado como promotor e afiançador de condições básicas de sobrevivência, estabelecendo-se num sistema de proteção mínimo.
- (C) à Ação Social da Igreja, formando um sistema de proteção caritativo e filantrópico.
- (D) ao receituário neoliberal, constituindo um sistema de proteção não-contributivo.
- (E) às políticas sociais, realizando-se por meio de um sistema de proteção social básico e especial.



53. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, tratou-se de dar outro significado e outra direção à Assistência Social, diferentes das marcas de sua história, desde o surgimento do Brasil. Considere as afirmativas abaixo.
- I. A política pública de assistência social é direito de cidadania que tem como finalidade a garantia do atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais mais vulneráveis em razão da pobreza e da exclusão social.
- II. A Assistência Social é política de Seguridade Social não contributiva, que tem como objetivo o provimento dos mínimos sociais.
- III. A ruptura com paradigmas históricos de como a assistência social foi tratada e praticada é o que a Lei Orgânica de Assistência Social propõe.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e III, apenas.
-
54. O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência social no campo da proteção social brasileira. A regulação do SUAS e sua implantação de fato requer, primeiramente,
- (A) uma sociedade civil organizada pronta para assumir a implantação de serviços socioassistenciais.
(B) um Estado forte, com protagonismo político e com legitimidade social diante da população.
(C) uma população usuária dos serviços disposta a aderir aos programas, projetos, serviços e benefícios.
(D) um governo sensível às expressões da questão social e ao antagonismo entre as classes.
(E) uma sociedade mais justa e igualitária, com outro projeto societário.
-
55. Um dos fundamentos centrais do Sistema Único de Saúde está contido no projeto de Reforma Sanitária e refere-se à
- (A) separação do sistema em dois setores: hospitalar e básico.
(B) reatualização do modelo médico-assistencial.
(C) unificação dos serviços.
(D) universalidade do direito à saúde.
(E) medicalização da saúde.
-
56. A Previdência Social brasileira, como sistema de proteção ao trabalhador e sua família, esteve e está fortemente marcada pela lógica do
- (A) regime de simples repartição.
(B) regime de capitalização.
(C) seguro social.
(D) déficit previdenciário.
(E) imposto sindical.
-
57. O ECA, regulamenta os artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, articula-se ao paradigma da proteção integral da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos. É INCORRETO o que se afirma em:
- (A) O sistema de garantia de direitos previstos no ECA, compreende: a política de atendimento, o controle e vigilância e a defesa e responsabilização do Estado e da Sociedade Civil.
(B) Os meios legais e institucionais previstos em lei para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes nos municípios são a criação do Conselho Tutelar e dos Conselhos de Direitos.
(C) Para defesa de direitos e responsabilização das violações dos direitos e das omissões tanto da sociedade, como do Estado, existem vários órgãos de defesa da criança e do adolescente, tais como o Ministério Público, os Centros de Defesa, a Defensoria Pública, a Segurança Pública e o Conselho Tutelar.
(D) São considerados sujeitos de direitos pelo ECA a criança até 12 anos de idade incompletos e o adolescente na faixa etária entre 12 e 18 anos.
(E) Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente foram constitucionalmente instrumentalizados por três importantes mecanismos: a participação popular, a descentralização e a criação dos conselhos tutelares.
-
58. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, garante ao idoso o valor mensal de 01 salário mínimo. Para ter direito ao benefício, o idoso deve contar
- (A) 60 anos ou mais, renda *per capita* até 1/2 do salário mínimo.
(B) 65 anos ou mais, renda *per capita* até 1/4 do salário mínimo.
(C) 67 anos ou mais, renda *per capita* até 1/4 do salário mínimo.
(D) 60 anos ou mais, renda *per capita* até 1/4 do salário mínimo.
(E) 65 anos ou mais, renda *per capita* até 1/2 do salário mínimo.
-
59. O laudo social é um documento que oferece elementos para a formação de juízo e tomada de decisão que envolve direitos fundamentais e sociais, com o registro das informações mais significativas do estudo e da análise realizados. A estrutura de registro de um laudo social deve conter
- (A) introdução, identificação, metodologia, relato analítico, conclusão ou parecer social.
(B) justificativa, introdução, metodologia, relato analítico, avaliação ou parecer social.
(C) apresentação, identificação, metodologia, análise, acompanhamento ou monitoramento.
(D) introdução, justificativa, diagnóstico, avaliação, encaminhamento ou articulação com a rede socioassistencial.
(E) identificação, justificativa, metodologia, diagnóstico, conclusão ou parecer social.
-
60. A perícia social tem como finalidade subsidiar uma decisão, via de regra, judicial. Ela é realizada por meio de
- (A) laudo social.
(B) abordagem individual.
(C) pesquisa investigativa.
(D) parecer social.
(E) estudo social.